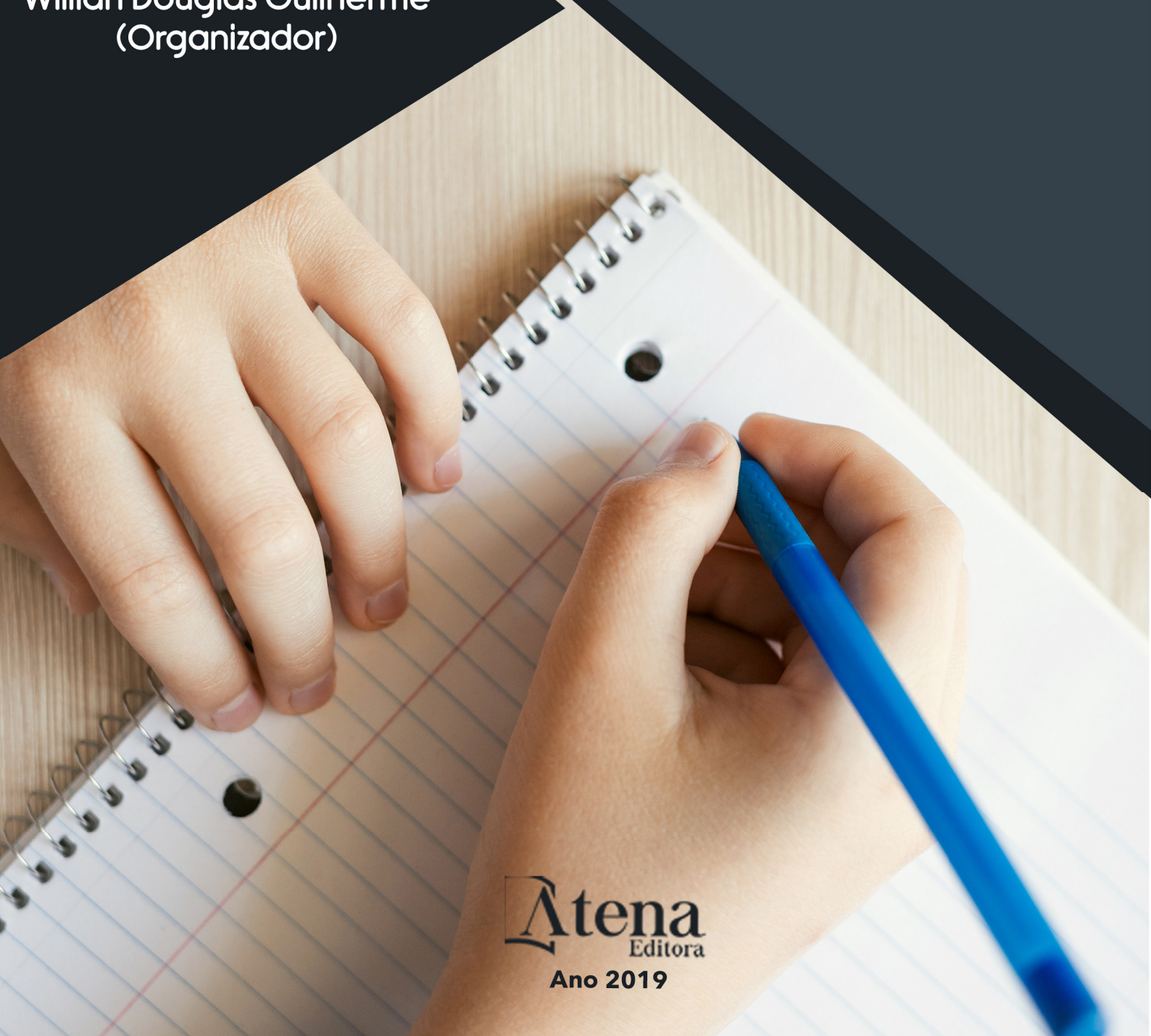


Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira 12

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)




Atena
Editora

Ano 2019

Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira 12

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A945	<p>Avaliação, políticas e expansão da educação brasileira 12 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira; v. 12)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-758-1 DOI 10.22533/at.ed.581191211</p> <p>1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série. CDD 379.981</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Estamos na décima primeira edição do e-book “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira”. Foram selecionados 77 artigos e estes, separados em 3 volumes. O objetivo em organizar esta coligação foi dar visibilidade a temas contemporâneos que envolvem e discutem a educação, sobretudo, voltados as temáticas da avaliação e políticas educacionais e expansão da educação brasileira.

Neste **Volume XI**, são 27 artigos englobando o ensino fundamental e médio, trazendo embates sobre o processo de alfabetização, ensino de matemática, saúde, meio ambiente, metodologias, currículo, políticas públicas e relatos de experiências.

No **Volume XII** são 26 artigos subdivididos em 4 partes distintas, sendo a primeira, em torno do Ensino Superior; a segunda, Formação de Professores; a terceira, Educação de Jovens e Adultos (EJA); e por fim, História e Política.

E no **décimo terceiro volume**, são 24 artigos, organizados em 3 partes: Educação Infantil; Uso de Tecnologias na Educação e; Educação e Diversidade. Os artigos apresentam resultados de pesquisas conforme objetivo deste e-book, abordando temáticas atuais dentro de cada uma destas partes.

Sejam bem-vindos ao e-book “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira 11” e boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

PARTE 1 - ENSINO SUPERIOR

CAPÍTULO 1	1
A EDUCAÇÃO FREIRIANA NO ENSINO SUPERIOR: A RESISTÊNCIA COMO FORMA DE TRANSFORMAÇÃO	
Juliana Fonseca de Oliveira Neri Mariangela Camba	
DOI 10.22533/at.ed.5811912111	
CAPÍTULO 2	15
A MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA DAS RESIDENTES DE PEDAGOGIA DO UNIFOR-MG NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM	
Elizabeth Rocha de Carvalho Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.5811912112	
CAPÍTULO 3	25
APLICAÇÃO DO TBL (TEAM BASED LEARNING) NA DISCIPLINA CIRCUITOS ELÉTRICOS II	
Geraldo Motta Azevedo Junior	
DOI 10.22533/at.ed.5811912113	
CAPÍTULO 4	29
AS MÁSCARAS DA PEDAGOGIA: ANÁLISE DOS REFERENCIAIS DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS E SUA RELAÇÃO COM O PROJETO PEDAGÓGICO	
Marciléia Egidio Sampaio	
DOI 10.22533/at.ed.5811912114	
CAPÍTULO 5	42
AVALIAÇÃO E MATEMÁTICA: UMA REFLEXÃO A PARTIR DA REALIDADE DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO	
Sandra Regina D'Antonio Verrengia Pedro Gabriel Papa Torelli Wellington Rodrigues Emídio	
DOI 10.22533/at.ed.5811912115	
CAPÍTULO 6	51
AVALIAÇÃO QUANTITATIVA DAS APRENDIZAGENS EM UM PROJETO INTEGRADOR: A UTILIZAÇÃO DA ESCALA LIKERT PARA A MENSURAÇÃO DOS RESULTADOS DE UM PROJETO INTEGRADOR	
Carlos David Pedrosa Pinheiro Marcos Antônio das Chagas Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.5811912116	
CAPÍTULO 7	62
COMBINAÇÃO DE SALA DE AULA INVERTIDA COM EDUCAÇÃO <i>HANDS ON</i> : UMA NOVA FORMA DE APRENDER SOBRE CÓDIGO GENÉTICO E SÍNTESE PROTÉICA	
Amanda Santos Franco da Silva Abe Andréa Castro de Lacerda Cardoso	
DOI 10.22533/at.ed.5811912117	

CAPÍTULO 8	68
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, SUBJETIVIDADE E REFERENCIALIDADE SIMBÓLICA: A EXPERIÊNCIA DE UMA EGRESSA DO CURSO TÉCNICO EM ANÁLISES QUÍMICAS	
Paulo Cesar Fernandes da Rosa Junior	
DOI 10.22533/at.ed.5811912118	
CAPÍTULO 9	80
EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - CAMPUS DE CRATEÚS	
Natália Viviane Santos de Menezes	
Tamyllle Kellen Arruda Prestes	
Deysiele Bezerra Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.5811912119	
CAPÍTULO 10	89
FIES: UMA ANÁLISE CRÍTICO-HISTÓRICA	
Rodrigo Meleu das Neves	
Denise Lindstrom Bandeira	
Nalú Farenzena	
DOI 10.22533/at.ed.58119121110	
CAPÍTULO 11	97
O PLANEJAMENTO DA AÇÃO DIDÁTICA NA PRÁXIS DA DOCÊNCIA	
Sandra da Silva Kinalski	
Luciane Cezar Padilha	
Sandra Leontina Graube	
Vivian Lemes Lobo Bittencourt	
Eliane Raquel Rieth Benetti	
Marinês Tambara Leite	
Leila Mariza Hildebrandt	
DOI 10.22533/at.ed.58119121111	
CAPÍTULO 12	107
O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO NO ENSINO SUPERIOR	
Marlene Lima Temponi	
Kíssila Zacché Lopes Andrade	
Lissandra Lopes Coelho Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.58119121112	
CAPÍTULO 13	113
PERCEPÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO ACADÊMICA DOCENTE NO BRASIL	
Alexey Carvalho	
Maria Alzira de Almeida Pimenta	
DOI 10.22533/at.ed.58119121113	

CAPÍTULO 14	127
REFLEXÕES DOS ALUNOS CONCLUINTES DO CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO, NA MODALIDADE EAD, DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE	
Emerson dos Santos Lima	
Andréa Karla Ferreira Nunes	
Alessandra Conceição Monteiro Alves	
DOI 10.22533/at.ed.58119121114	

PARTE 2 - FORMAÇÃO DE PROFESSORES

CAPÍTULO 15	138
A ENUNCIACÃO DA DIFERENÇA CULTURAL NOS CURRÍCULOS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: DO CURRÍCULO ESCRITO E SEUS USOS	
Denise da Silva Braga	
DOI 10.22533/at.ed.58119121115	
CAPÍTULO 16	151
A EXPANSÃO DA MODALIDADE EAD NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM LICENCIATURA	
Luís Fernando Correia	
Célia Regina Vieira Souza-Leite	
DOI 10.22533/at.ed.58119121116	
CAPÍTULO 17	162
LIMITES E POSSIBILIDADES DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS: SUPERAÇÃO DO COLONIALISMO	
Silvana Elisa de Moraes Schubert	
Maria de Fátima Rodrigues Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.58119121117	

PARTE 3 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA

CAPÍTULO 18	176
A FORMAÇÃO CONTINUADA E A (TRANS)FORMAÇÃO NA REALIDADE DOS EDUCANDOS DA EJA: CUIABÁ 300 ANOS	
Angélica Kury Barros	
Loedilza Milícia da Silva	
Marilene de Souza Carvalho	
Zeile Lima de Oliveira Silva	
DOI 10.22533/at.ed.58119121118	
CAPÍTULO 19	188
CURRÍCULO EM MOVIMENTO NA PERSPECTIVA DA EJA: UMA REFLEXÃO CRÍTICA	
Cristino Cesário Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.58119121119	

CAPÍTULO 20	202
MATERIAIS PEDAGÓGICOS DO PROJovem URBANO: ANÁLISE DAS CONCEPÇÕES DE JUVENTUDE, PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA	
Jessica Thomazini Joyce Mary Adam	
DOI 10.22533/at.ed.58119121120	

PARTE 4 - HISTÓRIA E POLÍTICA

CAPÍTULO 21	214
CRÍTICOS DO <i>ETHOS</i> MODERNO E CAPITALISTA: POSSIBILIDADES DE HUMANIZAÇÃO? (!)	
Patrícia Maria Guarnieri Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.58119121121	
CAPÍTULO 22	229
DA REPÚBLICA E A ESCOLA REPUBLICANA	
Gian Eligio Soliman Ruschel Vânia Lisa Fischer Cossetin	
DOI 10.22533/at.ed.58119121122	
CAPÍTULO 23	245
DISCIPLINARIDADE E TRANSDISCIPLINARIDADE: O HOMEM DE LATA X O HOMEM DILATA	
Adriana Martins Ianino	
DOI 10.22533/at.ed.58119121123	
CAPÍTULO 24	264
O INGLÊS EM ALERTA: A EXPANSÃO DO ENSINO DE LÍNGUA INGLESA NO SÉCULO XIX	
Elaine Maria Santos	
DOI 10.22533/at.ed.58119121124	
CAPÍTULO 25	275
"O QUE ACONTECEU AINDA ESTÁ POR VIR": A MÚSICA "ÍNDIOS" E O ENSINO DE HISTÓRIA DO BRASIL	
Fábio Chilles Xavier	
DOI 10.22533/at.ed.58119121125	
CAPÍTULO 26	291
O TEMOR DA RESSIGNIFICAÇÃO DO TEMA FINANCIAMENTO PÚBLICO EDUCACIONAL NO ATUAL CENÁRIO BRASILEIRO	
Roberta Maria Bueno Bocchi	
DOI 10.22533/at.ed.58119121126	
SOBRE O ORGANIZADOR	303
ÍNDICE REMISSIVO	304

O INGLÊS EM ALERTA: A EXPANSÃO DO ENSINO DE LÍNGUA INGLESA NO SÉCULO XIX

Elaine Maria Santos

Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Letras Estrangeiras - Sergipe

RESUMO: Ao analisarmos o status de língua da ciência ocupado pelo inglês no século XXI, é difícil, para um leigo, imaginar que a língua inglesa precisou travar verdadeiras lutas pela criação e manutenção de seu espaço, frente à hegemonia da língua francesa, vista, até meados do século XX, como sinônimo de civilidade e de instrumento a ser utilizado para consolidar os modelos de moral a serem seguidos, não só pela Europa, como por todo o mundo ocidental, que se espelhava na França para mostrar polidez e modernidade. A língua francesa, dessa forma, no século XIX, tinha seu status assegurado, sendo reconhecida como língua de acesso ao conhecimento e à cultura, o que fez com que o ensino deste idioma não precisasse de maiores explicações e justificativas. O mesmo não acontecia com o inglês, que, embora tivesse uma utilidade comprovada, ainda disputava espaço educacional junto ao francês. Diante deste cenário, este capítulo tem como principal objetivo retratar as lutas travadas pela língua inglesa no período oitocentista, e que foram primordiais para a expansão do ensino deste idioma no século XX. Para melhor ilustrar as lutas aqui mencionadas, foram analisados

prefácios de alguns compêndios do século XIX para o ensino de inglês, bem como jornais e a legislação oitocentista.

PALAVRAS-CHAVE: Língua Inglesa, Século XIX, Língua Francesa

ENGLISH IN ALERT MODE: THE EXPANSION OF ENGLISH LANGUAGE TEACHING IN THE 19TH CENTURY

ABSTRACT: Since English occupies the status of the language of science in the 21st century, it is difficult for a layman to imagine that this language had to wage real struggles for the creation and maintenance of its space, in view of the hegemony of the French language, understood, until the middle of the twentieth century, as a synonym of civility and an instrument to be used to consolidate the moral models which had to be followed, not only by Europe, but throughout the western world, which mirrored in France to show politeness and modernity. Thus, in the nineteenth century, the French language had its status assured, being recognized as a language of access to knowledge and culture, which meant that the teaching of this language did not need further explanation and justification. The same was not verified when we talked about English teaching. Even knowing English had proved to be important for business, it was still trying to conquer a space due to the French hegemony.

Given this scenario, this chapter has as its main objective to portray the struggles waged by the English language in the nineteenth century, and which were primordial for the expansion of the teaching of this language in the twentieth century. To better illustrate the struggles mentioned here, we have analyzed prefaces of some nineteenth-century textbooks for English teaching, as well as newspapers and the legislation.

KEYWORDS: English, 19th Century, French

1 | INTRODUÇÃO

Após a vinda da família real para o Brasil, em 1808, as primeiras cadeiras destinadas ao ensino das línguas inglesa e francesa, em terras brasileiras, foram criadas em 1809, com a nomeação dos primeiros professores régios e a indicação de que os professores deveriam, na medida do possível, escrever suas gramáticas, de modo a priorizar regras concisas e bons modelos de moral a serem seguidos pela mocidade, com destaque para aqueles aos moldes dos franceses (BRASIL, 1891, p. 29).

Apesar da criação das primeiras cadeiras de inglês e francês terem origem na mesma lei, o valor dado às duas línguas não era o mesmo, uma vez que a quantidade de cadeiras criadas para o ensino de francês era bastante superior. Aliado a este fato, é importante destacar que os exames de preparatórios necessários para as Aulas Maiores, ou seja, para os cursos superiores, exigiam, em sua grande maioria, aprovação na língua francesa, uma vez que muitos dos livros utilizados no século XIX para todas as áreas do saber eram escritos em francês. A cobrança pela comprovação do estudo do inglês era bem menor, o que fez com que as gramáticas para o ensino de língua francesa fossem mais valorizadas. Tal fato ficou evidente nos prefácios de muitos compêndios oitocentistas, em que os professores de inglês buscavam reforçar a importância em se estudar este idioma, chegando-se, algumas vezes, a tentar diminuir o francês, em uma tentativa de criação de uma ideia de possível superioridade inglesa (SANTOS, 2010).

As lutas travadas pelos professores de inglês do século XIX para conquistar um espaço diante da supremacia francesa foram registradas não somente nos prefácios das gramáticas escritas, como também na legislação e nos jornais da época. O cruzamento das informações colhidas nessas fontes é de grande importância para termos uma melhor compreensão do papel ocupado pelo inglês ao longo dos séculos.

2 | AS TENTATIVAS DE CONSOLIDAÇÃO DO INGLÊS COMO CAMPO DE ENSINO NO SÉCULO XIX: ANÁLISE DE PREFÁCIOS

As gramáticas dos séculos XVI ao XIX, além da apresentação dos conteúdos propostos, são ricas fontes historiográficas, por relatarem, em seus prefácios, o

status ocupado por cada língua, orientações para o ensino e as condições históricas relacionadas ao ensino do idioma em questão. Ao analisar alguns compêndios destinados ao ensino de inglês, é importante destacar a obra de Manoel de Freitas Brasileiro (1812) e a sua preocupação com a consolidação do ensino de inglês. O professor chegou a afirmar que a língua inglesa deveria ser considerada como universal, o que já acontecia com o latim e o francês, pois nela encontravam-se todos os gêneros de leitura, tanto os que embelezavam o pensamento quanto os que dilatavam as ideias. Brasileiro (1812), em sua arte, reforçou a importância em associar o ensino de língua inglesa às questões comerciais, destacando as intensas relações e trocas comerciais advindas da proximidade desses dois países como justificativa plausível para que o ensino deste idioma pudesse ser difundido no Brasil

Sendo o conhecimento das Línguas a chave principal e o meio mais eficaz para adquirir relações as mais interessantes, em qualquer condição de vida; e em uma época tão esperada, como vemos os Portos do Brazil franqueados ao Commercio com a Inglaterra, fazendo-se deste modo mais ampla e mais extensiva a correspondencia e communicação entre ambas as nações; e pelo desejo que me acompanha, de ser de alguma forma util aos meus nacionaes (indaque distante), pela aquisição de hum idioma, que principia a ser ouvido e familiarizado entre aquelles, pelas relações do Commercio livre (BRAZILEIRO, 1812, p. i).

O autor reconheceu o prestígio do Francês, mas colocou-o em igualdade com o Inglês, por encontrar nesta língua todas as belezas necessárias para engrandecer a leitura e as nossas mentes (BRAZILEIRO, 1812, p. i), deixando transparecer haver a necessidade de utilizar o espaço destinado ao prefácio para convencer a população da importância e utilidade em se aprender a língua inglesa. Tanto o discurso de Brasileiro (1812), quanto os Guilherme Tilbury (1827), Jasper L. Harben (1878) e Hewitt (1885), detalhados a seguir, corroboram com esta ideia de que havia, ainda, a necessidade de convencimento para a legitimação e a divulgação do ensino da língua inglesa.

Guilherme Tilbury (1784-1863), ao publicar sua *Arte Ingleza*, em 1827, mostrou-se preocupado com a valorização do Inglês frente a um grande crescimento da Língua Francesa no Brasil, tornando-se um árduo defensor das questões inglesas. Professava desejar ver sua obra servindo de “antídoto” contra a filosofia francesa, que deveria, a todo custo, ser combatida, sendo de sua autoria a célebre frase: “se, como dizem, a França e a Inglaterra são os dois olhos da Europa, para que contentar-se em ver por hum delles só? Ou quando assim se fizer, escolha-se ao menos aquelle que contenha a vista mais comprida” (TILBURY, 1827, p. ii).

A leitura da *Prosodia Ingleza*, publicada em 1878, pelo americano Jasper Lafayette Harben, levou-me a perceber que a comparação com o ensino do francês ainda era recorrente nas últimas décadas do século XIX para a consolidação dos estudos na língua inglesa, sendo perceptível uma contínua reafirmação dos ganhos alcançados ao se estudar esta língua e uma tentativa de levar ao convencimento, com o argumento de que havia mais pessoas falando em inglês, do que em francês,

no mundo. Assim, o autor destacou a importância da sua obra, principalmente para o estudo das senhoras, valorizando o inglês, em detrimento do francês, como consequência do valor inerente do idioma, como, também, do crescimento acentuado nos estudos relacionados ao inglês. As senhoras poderiam, então

apreciar as bellezas dos grandes autores ingleses especialmente dos poetas cujas obras são celebres em toda parte onde a civilização tem feito sua estrada. Não é exageração dizerse que hoje a lingua ingleza é fallada por duzentos milhões de habitantes, emquanto que os que fallam o francez talvez não excedan a terça parte d'este numero (HARBEN, 1878, p. vii).

O livro *Graduated English Reader*, de James Edwin Hewitt, publicado, inicialmente, em 1885, comprova que essa rivalidade entre a França e a Inglaterra perpassou o século XIX. Na seção intitulada “Algumas Considerações sobre a Lingua e a Litteratura Ingleza”, a língua e literatura inglesa são destacadas, quando comparadas com a realidade francesa, em decorrência da qualidade dos escritos e do teor moral presente nas obras, destacando-se, entre os argumentos utilizados, o fato de que

nas pinturas dos nossos romancistas ha sempre mais verdade do que na moderna escola realista dos franceses, que exagera tudo quanto tem a vida de miseravel, nojento e criminoso. Disse Schopenhauer que o materialismo era philosophia propria para barbeiro livre pensador; mas nem aos barbeiros recommendamos os ultimos productos da escola realista, e, demais a mais, crêmos sinceramente que os nossos contemporaneos parisienses sejam melhores do que os tristes personagens de Emile Zola. Em Inglaterra reina o defeito contrario, o do otimismo [...] este ideal é tão mais util para a vida moral como a hypothese para a sciencia positiva; mostra para onde devem tender os nossos esforços, ao mesmo tempo que nos faz esquecer, n'um mundo melhor, as rudes privações do mundo que nos cerca (HEWITT, 1922, p. xxvi).

A legislação das primeiras décadas do século XIX tentou desmerecer tudo que estivesse associado à França, como contrapartida ao apoio recebido pela Inglaterra, quando do estabelecimento da corte portuguesa no Brasil, mas, como aniquilar as influências e as ligações com um país que despontava como referência dos estudos, em um momento em que era notória a necessidade de busca por bons modelos a serem seguidos para o fortalecimento do Império? Essa foi uma das grandes contradições com as quais o Brasil teve que enfrentar nos primeiros anos do período oitocentista, e que pode ser identificada com uma minuciosa análise da legislação disponível, uma vez que, nas primeiras décadas do século XIX, tudo que fosse associado à França deveria ser eliminado.

Os debates parlamentares também trazem uma amostra do pensamento contrário às ideias francesas e sobre ensino de língua inglesa no início do século XIX. Em 1826, por exemplo, o parlamentar António Ferreira França (1771-1848) discorreu, no parlamento, sobre a necessidade de se combater o ensino do francês através do incentivo às aulas de inglês, pelo seu caráter prático e conciso, ausente dos

ornamentos superficiais e desnecessários do Francês (OLIVEIRA, 2014, p. 107-108). Apesar de constatar que suas ideias não foram aproveitadas na escritura do projeto que estava em debate, trata-se de um fato importante, por comprovar a existência de defensores do ensino de língua inglesa no parlamento brasileiro, corroborando com a ideia de que a influência francesa ainda era predominante no Brasil, sendo urgente aumentar o incentivo e a divulgação para que o ensino de inglês pudesse florescer e ser disseminado.

3 | O INGLÊS NOS JORNAIS: A BUSCA POR UM CAMPO DE TRABALHO

Os jornais oitocentistas são ricos de informações sobre a sociedade do século XIX, com destaque para as questões comerciais, já que se constituíam em veículos propagandísticos importantes de serviços e produtos e constantemente retratavam as situações em que a presença inglesa se fazia mais forte em terras brasileiras. Segundo Freyre (1977, p. 56), o período de 1808 a 1914 foi o mais ativo no que se refere à presença de ingleses no território brasileiro, e os anúncios dos jornais oitocentistas retrataram essa quantidade de britânicos que se firmaram no comércio brasileiro e divulgavam seus produtos e serviços. Ao analisar os jornais da época, Freyre (1977, p. 110) destacou o fato de que a supremacia inglesa era notória, como também era a excelente e privilegiada localização desses estabelecimentos, tendo sido os ingleses “os donos dos melhores armazéns de fazendas nas principais cidades da colônia e de depois do Império”.

Com uma presença notadamente forte na sociedade da época, construindo um imaginário social de alto padrão social e intelectual nos brasileiros, levando-os a reproduzir os costumes britânicos identificados, era de se esperar que essa influência se fizesse preponderante em todas as áreas da sociedade. Mas essa supremacia não foi observada no ensino secundário e nos preparatórios, pois os padrões franceses ditavam os modelos de civilidade desejados pelas nações ocidentais. Mesmo reproduzindo os costumes dos britânicos que aqui habitavam, a presença da língua inglesa nos preparatórios, nas aulas avulsas, no ensino secundário e nos cursos superiores ainda era bem inferior à francesa, e os números de livros em francês eram muito maiores do que os encontrados em inglês, o que fez com que houvesse a necessidade de uma luta intensa pela consolidação da profissão de professor de inglês e da comercialização de compêndios destinados ao ensino desta língua.

Quando analisamos o incentivo dado ao ensino das primeiras letras no Brasil, fica evidente que a abertura de cadeiras e escolas para meninos era muito maior do que as que eram colocadas em funcionamento para meninas. A partir das pesquisas feitas na *Collecção de Leis do Brazil e do Imperio do Brazil*, de 1809 a 1837, ano em que o Seminário de S. Joaquim foi convertido no Collegio de Pedro II, e os estudos secundários passaram a ser estruturados no Brasil, encontrei o registro de abertura de

134 cadeiras de primeiras letras e 112 escolas para o mesmo fim. Dos estabelecimentos abertos, a grande maioria era destinada ao ensino de meninos, mais especificamente 122 cadeiras e 77 escolas, restando apenas 12 cadeiras e 35 escolas para meninas, perfazendo um total de 18,21% de estabelecimentos dedicadas ao sexo feminino. Este dado me auxiliou a compreender o porquê de termos mais anúncios para o ensino de língua inglesa destinados aos homens, visto que os maiores investimentos educacionais vinham sendo dedicados a este público.

Era muito comum a presença de professores ingleses que aqui se estabeleciam e tiravam seus proventos com o serviço de preceptoría ou de aulas particulares, para treinar os jovens nas letras e nos bons costumes. Entre esses professores particulares, destacam-se, também, os padres dedicados ao ensino, podendo-se citar o padre Felisberto Antônio de Figueiredo e Moura, que, em um anúncio de 1811, colocou à disposição os seus serviços para lições de gramática latina, aritmética, inglês, desenho, pintura e retórica (FREYE, 1977, p. 202-203).

Um exemplo de como o ensino de língua inglesa era encarado pela sociedade brasileira oitocentista, quando se referia à educação de meninas, ou sob a tutela de uma professora, pode ser encontrado na Gazeta do Rio de Janeiro de 8 de fevereiro de 1809, ao disponibilizar um anúncio de uma certa professora inglesa, que desejava ensinar inglês para meninas interessadas em aprender a ler, escrever, contar, inglês e português, bem como as mais diversas artes, como cozer e bordar. Para Freyre (1977, p. 201-202), trata-se de uma ousadia para a época, que deve ter escandalizado os pais mais ortodoxos da sociedade brasileira, ao ver uma mulher oferecendo seus serviços em um jornal. Tal atitude, no entanto, era corriqueira na Europa, onde as mulheres tinham mais acesso à educação e se habituaram a anunciar em jornais os seus serviços educacionais.

Foi encontrado em 1813 um anúncio similar, dessa vez de uma certa D. Catharina, que oferecia não simplesmente os seus serviços, mas a oportunidade de estudo em uma escola feminina. “Era a disciplina inglesa a penetrar nas casas da burguesia ou da aristocracia brasileira para dar um feitiço novo à educação das meninas” (FREYRE, 1977, p. 202). A educação dos meninos também foi anunciada nos jornais da época, mas esses anúncios não escandalizavam, pois o homem tinha acesso regulamentado e aceito pela sociedade.

Outro anúncio chamou a atenção de Freyre (1977, p. 205), e pode ser considerado, no mínimo, estranho, ou infeliz na argumentação. Trata-se de uma mulher, identificada como “Snra. Ingleza”, e que ofereceu seus serviços na seguinte condição: “Qualquer Sr. Solteiro ou viúvo que quizer alugar huma Sra. Ingleza, muito capaz, para tomar conta de huma caza”. Em tom de ironia, o autor questionou o porquê da exigência de ser um homem solteiro ou viúvo, chegando até mesmo a duvidar se o interesse era realmente o de oferecer os serviços de governanta.

Os anúncios de professores de inglês se prolongaram por todo o século XIX, como sinal de que havia um campo de trabalho para essas pessoas, muitas oriundas

da Inglaterra, bem como uma procura por estes serviços, caso contrário os anúncios teriam se tornado escassos, culminando com o seu total desaparecimento, o que, evidentemente, não aconteceu.

Além da Gazeta do Rio de Janeiro, outros periódicos trataram dos temas educacionais no século XIX, auxiliando-nos a entender essa luta travada pelo inglês para a conquista de um espaço de trabalho, como pode ser percebido com o estudo de algumas edições de *A Escola* (RJ) – Revista Brasileira de Educação e Ensino.

4 | A ESCOLA (RJ) – REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO

A Escola foi um periódico publicado em vários estados, como Alagoas, Paraná, Bahia, Pará, Maranhão e Rio de Janeiro, com circulação nos anos de 1877 e 1878, tendo sido colocado à venda sempre aos sábados, com o seu mote atestado na capa da primeira edição: “Para formar um povo nobre, morigerado, laborioso, só ha um meio - é *educal-o*” (A ESCOLA, 1877, capa). A hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional compilou todas as edições de um mesmo ano em um volume único, numerando as páginas em sequência cronológica, tendo esta sido a numeração utilizada nesta pesquisa.

Como matéria introdutória desta revista, tem-se uma verdadeira ode à prosperidade da nação pela instrução, ao mesmo tempo em que é compartilhado o receio de que esta publicação não prospere como desejado, tendo-se, como argumento, outros exemplos de jornais similares que sucumbiram e não conseguiram atingir o seu objetivo, já que poucos são os investimentos recebidos.

Os embaraços que se nos apresentam, as dificuldades que se nos antolham, a recordação da esterilidade dos esforços que outros que hesitaram ou recuaram na realização de tão elevado empenho, não são motivos de desânimo para nós, se não estímulo para maiores esforços: porque a idéia é grande, enobrece aquelles que a defendem, e, embora sucumbamos na luta, o merito de haver pelejado debaixo de suas bandeiras ninguem nol-o poderá contestar (A ESCOLA, 1877, p. 1)

A proposta inicial deste periódico contemplava a defesa dos direitos do magistério, seja ele na esfera pública ou particular, a disponibilização de um instrumento de instrução voltado para as classes menos favorecidas e o compartilhamento de notícias e informações relevantes para o entendimento dos sistemas de educação, bem como métodos de ensino (idem, p.2), contribuindo, dessa forma, com informações pertinentes sobre o ensino de língua inglesa e sua luta de espaço frente ao francês.

Desde o primeiro número da revista, foram disponibilizadas as leis mais importantes, no que se refere à educação, de 1876 a 1878, como, por exemplo, o Decreto N. 6397, de 30 de novembro de 1876, que criou duas escolas normais primárias, privilegiando o ensino do francês, sem nenhuma referência à língua inglesa (A ESCOLA, 1877, p. 2) e a criação da Escola Polytechnica, pelo Decreto de 22 de

Dezembro de 1876, com a divulgação da necessidade de exames preparatórios de inglês e francês para acesso às referidas aulas (idem, p. 20, 50).

A leitura da *Escola* auxiliou-me a compreender o cenário educacional do Brasil nos anos 70 do século XIX e pôde dar alguns indícios de como se dava o ensino nas décadas anteriores e posteriores. Não somente as peças legislativas de maior importância para a instrução foram disponibilizadas, como também alguns números importantes para a compreensão da extensão da influência inglesa e francesa na sociedade da época. Por exemplo, na edição de 1877, foram compartilhados os números dos livros disponibilizados na Bibliotheca Municipal do Rio de Janeiro e, das 16.211 obras contabilizadas, 15.408 foram consultadas. Destas, 9.156 foram escritas em português (59,4%), 5.730 na língua francesa (37,18%), 243 em espanhol (1,58%), 162 em inglês (1,05%), 40 (0,26%) em latim, e 77 em outros idiomas (italiano, alemão, tupi e grego) (0,53%). A grande supremacia do francês sobre o inglês pôde, então, ser constatada, em 1877, pela diferença na porcentagem das leituras em francês (37,18%) em relação às leituras em língua inglesa (1,05%) (idem, p. 53). Esta diferença pode nos ajudar a compreender a preocupação de tantos autores em exaltar o ensino do inglês, em detrimento do francês, nos prefácios das obras publicadas, e o porquê do Pe. Tilbury, mesmo professando ser um defensor do ensino do inglês contra a supermacia do francês, ter ofertado seus serviços para o ensino das duas línguas, segundo o *Almanak Laemmert* (ALMANAK LAEMMERT, 1843, p. 214-215).

Na busca pelo equilíbrio entre teoria e prática, a revista *A Escola* publicou algumas matérias com caráter pedagógico e com o objetivo de divulgar alguns métodos de ensino mais intuitivos, e que poderiam auxiliar o professor a empregar práticas mais eficazes. Pode-se citar, por exemplo, o método de Gautier, baseado em princípios lúdicos, principalmente para a leitura, partindo do pressuposto de que as crianças aprendem mais brincando. Utilizando cartões com as letras do alfabeto, em formatos diferentes, as crianças trabalhariam com as letras, sílabas, palavras e frases. Esse método, segundo o periódico, estava pautado em práticas que privilegiavam a intuição, por intermédio dos ideais propagados por Pestalozzi, e das lições de moral, defendidas por Girard (A ESCOLA, 1877, p. 222-223).

Em cada edição, tem-se uma seção denominada Revista das Províncias, em que é relatada a situação educacional de uma província específica, em termos de números de alunos inscritos no ensino primário e nas cadeiras da educação secundária. Em todas as províncias, o número de inscritos nas aulas de francês foi superior ao de frequentadores das aulas de inglês. No Instituto Paranaense (instituição pública), por exemplo, foi registrada, em 1877, a inscrição de 35 alunos para as aulas de português, 31 para francês, e 12 para inglês, uma quantidade de alunos muito inferior do que o observado nas aulas de francês e menor, inclusive, do que o número de inscritos para o alemão (18 alunos) (idem, p. 241-242).

A mesma desproporção na quantidade de alunos foi verificada em vários outros relatos da seção Revista da Província. No Pará, quando da análise do Lyceu

Paraense, foi relatado que, em 1877, 44 alunos frequentaram regularmente as aulas de Grammatica Philosophica e Francês, enquanto que apenas 18 participaram das aulas de inglês, menos da metade dos inscritos em francês (A ESCOLA, 1877b, p. 155), reforçando a tese de que a procura pelas aulas de inglês era menor do que pelas aulas de francês, o que pode ter contribuído para que o professor de língua inglesa necessitasse, muitas vezes, entrar em uma verdadeira batalha para delimitação de um campo de trabalho.

A análise dos periódicos oitocentistas permite a identificação da influência de diversos países na consolidação das práticas educacionais em terras brasileiras, com predomínio das inglesas, americanas e francesas. A influência dos Estados Unidos é acentuada na Revista *A Escola*, que, apesar de citar exemplos parisienses e ingleses, dá muito mais ênfase aos modelos norte-americanos como exemplos de sucesso a serem seguidos. Foi o que aconteceu com os destaques dados por Tavares Bastos sobre a educação nos Estados Unidos e as *school-houses* norte-americanas (idem, p. 37-38), os relatos de Phillipe da Mota de Azevedo Côrrea, sobre sua visita aos Estados Unidos, a ideia de implantação do *kindergarten* americano, a participação nas exposições, como a de Filadélfia, e o envio de alguns objetos para o Brasil, com o objetivo de servir como exemplo a ser analisado e, possivelmente, seguido (idem, p. 9-10); e a descrição da educação em Massachussetts, onde os meninos são obrigados a frequentar a escola e o governo mantém um fundo fixo, com o objetivo de auxiliar, financeiramente, as instituições de ensino (idem, p. 289).

5 | ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Para uma discussão mais profícua sobre o processo de expansão do ensino da língua inglesa no Brasil, é importante investigar o percurso histórico no qual o ensino de línguas está inserido, para que seja possível analisar se a língua inglesa ocupou sempre o lugar hegemônico que ocupa atualmente, sendo referendada, constantemente, como a língua internacional da ciência e das trocas científicas no mundo acadêmicos. A expansão do ensino da língua inglesa foi acompanhada por um processo de declínio do ensino de francês, que deixou de ser a língua sinônimo da civilidade, no século XIX para ser uma língua praticamente excluída dos currículos escolares, que carecem de um enfoque plurilíngue, em que outras línguas estrangeiras possam ter um espaço e sejam ensinadas para aqueles que têm interesse em estudar mais de um idioma na escola.

Desde o século XIX, o inglês sempre reforçou o seu caráter utilitário e a necessidade de se falar o inglês para as trocas comerciais com a Inglaterra, vista com nação irmã, desde a vinda da família real de Portugal ao Brasil. Enquanto o inglês buscava o fortalecimento da utilidade do estudo da língua, o Francês continuou sendo associado à ideia de civilidade, não havendo sido detectado registros do mesmo

discurso nos prefácios das gramáticas destinadas ao ensino de Francês. Este fato, aliado a uma forte política de aproximação dos Estados Unidos com o Brasil, com o fortalecimento das imagens de amigos, nas primeiras décadas do século XX, a partir dos pressupostos da política da boa vizinhança (GOMES, 2019), fez com que o inglês ganhasse cada vez mais espaço no século XX, acompanhando de uma paulatina perda de prestígio do francês.

As lutas travadas pelas línguas inglesa e francesa, em busca de um espaço no cenário educacional brasileiro, podem ser facilmente identificadas nos prefácios das gramáticas publicadas para o ensino de línguas, bem como nos jornais e periódicos do século XIX. A análise desse material nos auxiliou a compreender o modo pelo qual essa busca pela expansão do ensino de língua aconteceu em terras brasileiras, no período oitocentista.

Com a investigação de jornais e revistas do século XIX é possível verificar se os discursos legislativos estavam em consonância com a percepção da população da época sobre as questões educacionais, neste caso, professores, editores e literatos que faziam parte da administração da revista semana *A Escola*. Foi constatado, a partir desse estudo, que o Império estava à procura de modelos educacionais a serem implementados no Brasil, conforme testemunhos de Tavares Bastos e Phillippe Corrêa, por exemplo

No que se refere à escolha de métodos de ensino, ficou claro que essa discussão permeou os discursos deste periódico, defendendo-se, mais uma vez, a utilização de um método mais indutivo e com um equilíbrio entre a teoria e a prática. Com a análise dos compêndios publicados, no entanto, fica evidente que a grande maioria das obras oitocentistas pedia para uma ou outra prática, e mesmo professando uma aversão às memorizações e repetições infinitas, estas continuavam sendo priorizadas nos livros.

A triangulação das fontes estudadas, baseada na análise da legislação do século XIX, das gramáticas publicadas no período e dos jornais de circulação no recorte aqui identificado, é capaz de nos fornecer alguns direcionamentos sobre o percurso educacional de professores, editores, jornalistas, legisladores e autores, mostrando que o que nos está posto, atualmente, como cenário educacional no que se refere ao ensino de línguas, é resultado de um campo de lutas estabelecido muito tempo antes, neste caso, em pleno século XIX.

REFERÊNCIAS

A ESCOLA. Revista Brasileira de Educação e Ensino. Collaborada por varios professores e litteratos, sob a direção do sr. Luiz Joaqui Duque-Estrada Teixeira. Vol 1 e 2. Rio de Janeiro: Serafim José Alves Editor, 1877.

A ESCOLA. Revista Brasileira de Educação e Ensino. Collaborada por varios professores e litteratos, sob a direção do sr. Luiz Joaqui Duque-Estrada Teixeira. Vol 3. Rio de Janeiro: Serafim José Alves Editor, 1877b.

A ESCOLA. Revista Brasileira de Educação e Ensino, Ano, n. 2. Rio de Janeiro, 20 de julho de 1878, p. 16

A ESCOLA. Rio de Janeiro. Anno II, 20 de julho de 1878, p. 16

BRASIL. **Collecção das Leis do Brasil de 1809:** índice das Decisões. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1891b.

BRAZILEIRO, Manoel de Freitas. **Nova grammaticaingleza e portugueza dedicada á felicidade e augmento da Nação Portuguesa.** Selecta dos melhores authores, por Manoel de Freitas Brasileiro. Liverpool: G. F. Harris'sViuva e Irmãos, 1812.

FREYRE, Gilberto. **Inglezes no Brasil:** aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora/MEC, 1977.

GOMES, Rodrigo Belfort. Americanismo e antiamericanismo: o ensino de Inglês no Brasil de 1931-1951. Tese de Doutorado – Universidade Federal de Sergipe. **Programa de Pós-Graduação em Educação.** São Cristóvão, 2019.

HARBEN, Jasper L. **Prosodia Ingleza.** Novo methodo para aprender a pronunciar e fallar com facilidade todas as palavras da lingua ingleza. Rio de Janeiro. Em Casa do Auctor. Externato Jasper, 1878.

HEWITT, James Edwin. **Graduated English reader.** Estrada suave para o perfeito conhecimento da lingua ingleza mediante excerptos escolhidos e gradativamente coordenados dos melhores autores ingleses e norte-americanos para uso de seus discípulos. Rio de Janeiro: Paulo de Azevedo & Cia, 1885.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo. A instituição das línguas vivas no Brasil: o caso da Língua Inglesa (1809-1890). Tese de Doutorado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. **Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Histórica, Política e Sociedade.** São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo. **O mito de Inglaterra:** anglofilia e anglofobia em Portugal: (1386-1986). Lisboa: Gradiva, 2014.

SANTOS, Elaine Maria. As reformas pombalinas e as gramáticas inglesas : percursos do ensino de inglês no Brasil (1759-1827). Dissertação (Mestrado em Letras) – **Núcleo de Pós-Graduação em Letras,** Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010.

TILBURY, Guiherme Paulo. **Arte ingleza,** offerecida ao illustrissimo Senhor Visconde de Cayru. Rio de Janeiro: Na Typographia Imperial e Nacional, 1827.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aula 8, 16, 18, 19, 20, 23, 24, 26, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 62, 63, 64, 65, 66, 75, 78, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 115, 129, 132, 134, 156, 158, 172, 176, 184, 187, 189, 192, 197, 201, 261, 276, 278, 280, 299

Aula invertida 62, 63, 64, 66

C

Circuitos elétricos 25, 26, 27, 28

Código genético 62, 63, 64, 66

Concepções de matemática 42

CREDUC 89, 90, 91

Currículo escolar 138, 146, 244

Curso de pedagogia 1, 2, 15, 29, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 150, 303

Curso técnico em administração 127, 129, 130, 131, 132, 135

D

Diferença cultural 138, 140, 141, 142, 143, 146, 147, 148

Docentes 11, 16, 18, 22, 23, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 46, 50, 51, 52, 53, 56, 58, 60, 64, 82, 98, 99, 100, 101, 103, 106, 113, 114, 115, 116, 118, 124, 149, 152, 167

Domínio da frequência 25, 26

E

Educação a distância 61, 105, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 135, 136, 137, 151, 152, 160

Educação física 18, 105, 151, 152, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 194, 244

Educação matemática 42, 50

Educação profissional 68, 69, 72, 73, 75, 77, 78, 79

Educação superior 18, 73, 74, 87, 89, 91, 92, 95, 96, 98, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 124, 125, 126, 137, 151, 155, 156, 159, 160

Endividamento 89

Enfermagem 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106

Engenharias 80, 86, 87, 120

Ensino 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 23, 25, 28, 30, 33, 35, 36, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 50, 52, 54, 57, 61, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 72, 73, 74, 75, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 125, 133, 134, 135, 136, 137, 142, 143, 145, 146, 148, 149, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 186, 188, 189, 190, 193, 194, 195, 203, 212, 226, 231, 238, 241, 242, 252, 260, 261, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 289, 290, 291, 293, 294, 295, 296

Ensino médio 42, 43, 49, 62, 63, 69, 84, 85, 94, 149, 157, 163, 170, 173, 175, 193, 212, 275, 276, 278, 280, 294

Ensino superior 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 13, 14, 18, 23, 33, 39, 40, 72, 73, 74, 80, 81, 82, 85, 86, 87,

90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 114, 115, 116, 154, 157, 158, 159

Evasão 11, 52, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 127, 128, 129, 136, 137, 143

Experiência 19, 20, 21, 22, 66, 68, 69, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 82, 97, 99, 100, 102, 103, 104, 106, 109, 111, 120, 135, 136, 140, 148, 153, 158, 179, 202, 203, 210, 215, 218, 222, 223, 230, 233, 236, 243, 251, 253, 257, 279, 289

F

FIES 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96

Filtros passivos 25, 26

Formação de professores 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 23, 24, 33, 34, 40, 138, 142, 143, 147, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 303

G

Gestão 4, 57, 60, 61, 63, 66, 90, 95, 107, 108, 109, 110, 111, 146, 179, 183, 184, 204, 213, 219, 296, 301, 302, 303

I

Instituto Federal de Sergipe 127, 128, 129, 130, 131, 132, 135, 136

J

John Dewey 68, 69, 72, 78

L

Licenciatura 17, 18, 20, 22, 23, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 47, 105, 138, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 303

M

Mão na massa 62, 63, 64

Mediação 1, 6, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 23, 46, 135, 137, 156, 244, 247, 275, 277, 278, 289

Modalidade EAD 151, 156

Modelos didáticos 62

N

Neoconservadorismo 1, 13

P

Paulo Freire 1, 2, 4, 5, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 35, 176, 180, 183, 187, 226

Pesquisa 1, 15, 17, 18, 20, 21, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 39, 40, 41, 42, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 60, 61, 69, 70, 78, 81, 90, 95, 98, 105, 109, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 136, 137, 138, 141, 142, 143, 148, 151, 152, 153, 156, 159, 164, 170, 174, 180, 186, 188, 200, 202, 203, 212, 213, 226, 229, 243, 246, 251, 270, 274, 275, 276, 278, 279, 280, 289, 290, 301, 303

Planejamento 19, 28, 32, 35, 56, 61, 63, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 132, 134, 137, 146, 182, 183, 184, 186, 301, 303
Plano de desenvolvimento institucional 101, 107, 108, 109, 112
Política de financiamento da educação superior 89
Processos acadêmicos 107, 108, 109
Produção acadêmica 113, 114, 115, 116, 117, 120, 122, 124, 125
Projeto pedagógico do curso 29, 30, 31, 32, 34, 36, 37, 38, 57, 150

R

Reflexões 1, 3, 6, 8, 9, 10, 20, 33, 44, 52, 77, 105, 127, 129, 132, 135, 136, 138, 141, 147, 148, 160, 176, 179, 182, 183, 212, 220, 229, 239, 248, 262, 296
Residência pedagógica 15, 17, 18, 19, 24

S

Síntese proteica 62, 64, 65
Subjetividade 68, 78, 212, 222, 235, 238, 239, 242, 254, 259, 260, 282, 300

T

Team based learning 25, 26, 28
Tecnologia da informação 80

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-758-1



9 788572 477581